

# Protocolo regional de atenção integral às vítimas de violência de gênero

**Coleção Documentos de Política nº 22**  
**Área: Justiça**



# Protocolo regional de atenção integral às vítimas de violência de gênero

Documento de Política nº 22

Área: Justiça

**Edita:**

Programa EUROsociAL  
C/ Beatriz de Bobadilla, 18  
28040 Madrid (Espanha)  
Tel.: +34 91 591 46 00  
[www.eurosocias-ii.eu](http://www.eurosocias-ii.eu)

**Com a colaboração de:**

Expertise France



Conferência de Ministros da Justiça  
dos Países Ibero-americanos (COMJIB)



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo dos mesmos são de responsabilidade dos autores e em nenhum caso deve ser considerada refletindo os pontos de vista da União Europeia.

Edição que não se destina à venda.

**Realização gráfica:**

Cyan, Proyectos Editoriales, S.A.

Madrid, março 2015



O uso comercial da obra original não são permitidas ou quaisquer trabalhos derivados, distribuição de que deve ser feita sob a mesma licença que rege a obra original.

## Índice

1. Conteúdo e alcance do protocolo.....	5
2. Quadro normativo para a viabilidade e aplicabilidade do protocolo.....	7
3. Parte I: princípios orientadores da atuação interinstitucional, intersetorial e multidisciplinar.....	11
4. Parte II: diretrizes de atuação nos âmbitos sanitário, policial, judicial, serviços sociais e educativo.....	15
4.1. Intervenção e atuação dos serviços de saúde.....	15
1A) Perante episódio de violência que gere lesões físicas ou psíquicas detetáveis e evidentes.....	15
1B) Perante episódio de violência que não gere lesões detetáveis e evidentes.....	17
4.2. Intervenção e atuação dos corpos policiais (administrativa e/ou judicial)...	20
2A) Atenção de urgência - lugar da agressão.....	20
2B) Dependências policiais - denúncia/registo da intervenção e atuações policial no relatório ou na ata de atuação policial.....	21
2C) Proteção à vítima.....	23
2D) Informação e acesso aos serviços sociais.....	23
2E) Investigação e elaboração do atestado.....	24
2F) Avaliação do risco e medidas de proteção.....	24
4.3. Intervenção e atuação das instituições do setor justiça.....	26
A) Ministério público.....	26
B) Tribunais/Jurisdições especializada em caso de que existam ou se o MP detiver estas competências.....	27
C) Assistência jurídica gratuita – assessoria e representação legal.....	31
D) Serviços de medicina legal ou forense.....	32
4.4. Intervenção e atuação dos serviços sociais.....	35
4.5. Intervenção e atuação no âmbito educativo.....	37



## 1. Conteúdo e alcance do protocolo

O presente instrumento nasce da vontade dos Ministérios de Justiça, Instituições orientadoras das políticas públicas do setor da Justiça e Ministérios Públicos que no quadro da Conferência de Ministros da Justiça da Ibero-América e da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos respetivamente, e com o apoio do Programa EUROsociAL, decidiram promover os mecanismos de proteção e atenção integral às vítimas de violência de género nas esferas regional e nacional.

Desde a adoção da Convenção de Belém do Pará em 1994 no âmbito da OEA, os Estados da região têm vindo a realizar esforços significativos na prevenção e sanção deste tipo de violência que, para além de constituir um atentado contra os direitos humanos das mulheres, é um problema de saúde pública pelas desoladoras cifras de danos físicos, psíquicos e mortes que produz anualmente.

A segunda parte da década dos anos 90 do século passado foi caracterizada por normativas nacionais que viabilizavam a problemática, concedia-lhe uma reprobção social, moral e em alguns casos legal, através do reconhecimento deste tipo de violência em leis especiais, inclusive nos códigos penais. Em alguns casos agravaram-se penas e em quase todos eles a violência contra a mulher identificou-se com a violência intrafamiliar ou doméstica. Potenciou-se o trabalho de sensibilização social, a educação em valores igualitários e as campanhas e planos nacionais para lutar contra a violência contra a mulher.

Já no novo século, estas normativas foram objeto de revisão em alguns países, para ampliar a definição do conceito de violência contra as mulheres, para estabelecer a sua natureza como delito de ação pública, para criar instâncias especializadas, para agravar a reprobção penal sobre as suas condutas e para ampliar os mecanismos de atenção às vítimas de violência, oferecendo-lhes um estatuto de maior proteção.

Este instrumento vem reforçar esta tendência ao estabelecer alinhamentos comuns, especialmente no que à atenção das vítimas se refere. Alcançámos um acordo comum a nível regional: a vítima da violência de género tem direito a uma atenção integral que não a revitimiza e que lhe permita refazer a sua vida, retomar o controlo da sua

vida. O presente protocolo estabelece vias para tornar efetivo este direito, oferece possibilidades para melhorar as normativas e políticas públicas nacionais neste sentido.

Para alcançar uma melhor compreensão do presente instrumento, definimos seguidamente os conceitos mais relevantes em que reside.

- A) **Violência de gênero:** Certamente contamos com um conceito cada vez mais omnicomprensivo do que a violência de gênero representa, as relações de gênero estão presentes no nosso dia a dia, a muitos níveis: afetivo, social, laboral, institucional, sexual, etc. Todas as manifestações de violência que se produzem nestes contextos e que têm como origem condutas ou padrões sexistas ou discriminatórios, todas elas, estariam englobadas dentro do conceito de violência de gênero. Não obstante, para a sua abordagem temos de delimitar o seu significado. No nosso caso, dado que as atuações aqui descritas vão enquadrar-se em meios normativos concretos que regulam maioritariamente a violência intrafamiliar e que o âmbito paradigmático das relações de gênero é o afetivo, optámos por esta definição: aquela violência contra a mulher de caráter físico, psicológico, moral ou patrimonial exercida no contexto de relações de afetividade, dentro e fora do lar, incluídas as de namoro. Inclui a exercida sobre ascendentes e descendentes e é manifestação da desigual relação de poder do homem sobre a mulher, instaurada socialmente.
- B) **Atenção às vítimas de violência de gênero:** o conjunto de serviços sociais de atenção, de emergência, de apoio e acolhimento e de recuperação integral, prestados sob o princípio de multidisciplinaridade e integralidade. Incluirá portanto: a informação às vítimas, a atenção psicológica, o apoio social e acompanhamento, a assessoria legal, o apoio educativo à unidade familiar, a formação dirigida ao desenvolvimento pessoal e a aquisição de habilidades na resolução de conflitos, o apoio à formação e inserção laboral e o acesso a serviços sociais que favoreçam a sua autonomia.
- C) **Protocolo regional de atenção integral às vítimas de violência de gênero:** modelo normativo de caráter regional sobre o procedimento e serviços de atenção às vítimas de violência de gênero que inclui:
- Princípios orientadores da atuação interinstitucional, intersetorial e multidisciplinar.
  - Diretrizes de atuação nos âmbitos sanitário, policial, judicial, dos serviços sociais, da assistência jurídica e educativo.



## 2. Quadro normativo para a viabilidade e aplicabilidade do protocolo

1. Com a finalidade de garantir a máxima eficácia do presente protocolo, os Estados da região deverão levar a cabo as reformas necessárias para adaptar as suas legislações aos standards internacionais definidos na região pela Convenção de Belém do Pará.
2. De acordo com o anterior, os Ministérios da Justiça, comprometidos com a prevenção, proteção e sanção da violência de género, promoverão nas suas relações com o resto de instâncias executivas com competências na matéria (mecanismos de igualdade ou de avanço da mulher, principalmente), e na medida em que gozem de iniciativa legislativa, as seguintes reformas: sancionar entre os delitos de violência de género todas as formas de violência incluídas no quadro de aplicação da Convenção de Belém do Pará.
  - Incluir no âmbito subjetivo de proteção dos delitos de violência de género as formas de violência que se exercem nas relações de noivado ou namoro, ainda que sem convivência, quer sejam presentes ou passadas.
  - Toda a ação violenta seja valorada como ilícita em si mesma, sem que se requeira habitualidade ou reiteração na conduta para ser considerada penalmente censurável.
  - Incluir no catálogo de delitos a violação, desobediência ou desacato de medida de proteção, pois, tendo-se ditado uma resolução por autoridade competente, seja fiscal ou judicial, o incumprimento da resolução judicial constitui uma lesão ao bem jurídico representado pela autoridade judicial e, em todo caso, gera um risco para a integridade física e psíquica da vítima, merecedor de reprovação penal.
  - Ampliar o catálogo de penas a impor pelos delitos de violência de género através das denominadas penas privativas de direitos, tais como a proibição de

aproximação à vítima, a proibição de comunicação ou a proibição de residir no domicílio comum como penas acessórias à privação de liberdade. Desta forma, durante o tempo de permanência em prisão o agressor já condenado não poderá comunicar-se com a vítima, nem aproveitar saídas ou licenças penitenciárias para atentar contra os seus bens jurídicos. Todos os delitos relacionados com a violência de gênero serão considerados delitos de ação pública, de modo que não seja necessária a denúncia da vítima como critério de procedibilidade e o perdão da mulher ofendida não possa extinguir a ação penal.

- Proibir de forma expressa a conciliação e a mediação nos delitos de violência de gênero em qualquer das fases da investigação ou do procedimento ou perante qualquer das autoridades competentes, sejam policiais, fiscais ou judiciais.
- A violência de gênero é uma expressão das relações desiguais de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, situando as partes numa posição de desequilíbrio e dependência. É evidente que no meio do círculo da violência a vítima encontra-se numa situação de precariedade física e emocional que dificulta a necessária equidade da mediação. Nesse contexto, a mediação e a conciliação podem contribuir para a minimização e invisibilidade da violência exercida, dificultar a responsabilização do autor pelo ato violento cometido ou culpabilizar a vítima pelo sucedido, conduzindo-o a assumir obrigações ou responsabilidades não proporcionadas à realidade vivida e às consequências que terão de derivar no plano pessoal, económico ou relativo aos seus filhos/as. Face a isto, é imprescindível gerar processos de fortalecimento, empoderamento e autonomia que permitam à vítima colocar-se num plano de igualdade e liberdade perante o possível agressor para resolver as consequências derivadas da violência.
- De acordo com as Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade, incluem-se dentro dos supostos legais de prática de prova antecipada as situações em que a vítima de violência de gênero corra o perigo de ser exposta a pressões mediante violência, ameaça, oferta ou promessa de dinheiro ou benefícios análogos, assim como também os supostos em que a vítima possa ver-se impossibilitada de assistir a julgamento como consequência da distância do seu domicílio, dificuldade do transporte ou carência de recursos económicos suficientes para garantir a sua estadia e alimentação durante as sessões de julgamento. Em qualquer caso, a prova antecipada será praticada em conformidade com as prescrições legais que garantam o direito à defesa do agressor/possível responsável.
- Obter as previsões relacionadas com a proteção e tratamento da vítima estabelecidas nos Guias de Santiago, aprovadas no ano 2008 no seio da AIAMP.

- Considerar entre os supostos para a adoção da medida cautelar de prisão preventiva o perigo de que o agressor atue contra a vida, integridade física ou qualquer outro bem jurídico da vítima.
  - Incorporar a reclamação da responsabilidade civil pelos danos e prejuízos causados pelo delito dentro do processo penal, de modo que ambas ações, civil e penal, se exercitem conjuntamente. Desta forma, facilita-se e agiliza a reparação integral do dano causado, ao não obrigar a vítima, uma vez finalizado o processo penal, a exercitar novas ações judiciais. A reparação da vítima deve entender-se sempre em sentido amplo, não meramente patrimonial, incluindo outras formas de reparação simbólica, de cumprimento de obrigações de fazer e/ou de não fazer ou por qualquer outro meio que permita à vítima e/ou aos seus familiares obter o ressarcimento e a reparação integral do dano derivado do delito.
3. Desde o ponto de vista de assistência às vítimas, os Ministérios de Justiça subscritos comprometem-se a coadjuvar a reforma das legislações nacionais com o propósito de:
- Incorporar nas respetivas normativas nacionais sobre violência intrafamiliar/ contra a mulher/ de género os serviços de atenção e proteção das vítimas de violência de género como “direitos” das mulheres vítimas e/ou dos seus familiares.
  - Reconhecer às vítimas o direito a receber assistência jurídica gratuita ao longo da investigação e do procedimento, entendendo-se por tal a assistência e representação à vítima e seus familiares nos processos judiciais penais e civis derivados do facto, prestada gratuitamente por advogado/a particular, custeada pelo Estado e com formação específica em violência de género. A assistência estender-se-á desde o momento da interposição de denúncia perante os serviços de polícia, perante o Ministério Público ou perante outra autoridade competente até ao fim do processo por sentença transitada em julgado. Em todo o caso a norma que reconheça o direito deverá prever a dotação orçamental para o seu exercício ou, se for esse o caso, a instituição responsável em cada país de assumir a assistência e representação das vítimas ou dos seus familiares.
4. Por outro lado, na sua relação com os Ministérios Públicos, os Ministérios de Justiça tentarão acompanhar e apoiar estas instituições nos seguintes aspetos: promover a cooperação bilateral e multilateral para reprimir e prevenir os delitos de violência de género e adotar todas as medidas internas e internacionais necessárias para esse fim. Para tal, os Estados prestarão ajuda mútua entre eles para efeitos da identificação, detenção e julgamento dos presumíveis autores de tais delitos, e, em caso de estes serem declarados culpados, do seu castigo. As pessoas contra as

quais existam provas de culpabilidade na comissão de delitos de violência de gênero serão julgadas e, em caso de serem declaradas culpadas, castigadas, nos países onde esses crimes tiverem sido cometidos. A este respeito, os Estados cooperarão entre si em tudo o que estiver relacionado com a extradição dessas pessoas. Os Estados cooperarão mutuamente na compilação de informações e documentos relativos à investigação a fim de facilitar o julgamento de tais pessoas e intercambiarão essas informações.

- Empreender todas as ações necessárias para melhorar de forma progressiva e continuada a organização das procuradorias especializadas, dotando-as de meios materiais e pessoais adequados e melhorando a coordenação com outras instituições, com o propósito de obter a maior eficácia do presente protocolo. Para tal, os Ministérios Públicos subscritos realizarão anualmente a dotação orçamental necessária que assegure standards de qualidade na luta contra a impunidade dos delitos de violência de gênero.
- Elaborar diretrizes, circulares ou instruções internas de cumprimento obrigatório que permitam a todos/as os/as representantes do Ministério Público, especializados/as ou não, realizar uma abordagem diferenciada da investigação dos delitos de violência de gênero.
- Proceder à estruturação e implementação de programas de sensibilização e formação inicial e continuada em questões de gênero, igualdade, não discriminação e direitos humanos das mulheres de todo o pessoal ao serviço do Ministério Público, qualquer que seja a tarefa que desempenhem na instituição. Entre as atividades formativas incluir-se-ão ferramentas de autocuidado para todo o pessoal ao serviço do Ministério Público.
- Fomentar a extensão dos serviços de atenção e mecanismos de proteção aos meios rurais.
- Promover a protocolização, formalização e estandardização dos mecanismos de coordenação interinstitucional, investigação e de atenção integral, os seus processos e trâmites, como meio para garantir o seu funcionamento, para além das pessoas que os promovam ou sustentem.

### 3. Parte I: princípios orientadores da atuação interinstitucional, intersetorial e multidisciplinar

A atuação das instituições envolvidas neste protocolo, assim como a dos seus profissionais deverá estar sujeita aos seguintes princípios:

- A. **Igualdade:** a atenção prestada às vítimas de violência de gênero no quadro do presente protocolo deverá garantir-se sem nenhum tipo de discriminação. A origem social, étnica, a idade, a orientação sexual, o estado civil, as ideias religiosas ou políticas, a condição física ou psicológica serão tidas em conta unicamente para estabelecer prioridade na atenção à especial necessidade ou vulnerabilidade, mas nunca constituirão motivos que impeçam o acesso aos distintos serviços ou que indiretamente influam na qualidade das prestações.
- B. **Prevenção:** uma das finalidades últimas deste protocolo é impedir que as situações de violência se repitam em relação às vítimas nos contextos de convivência. Outra é que a nível social possa contribuir para cortar o círculo da violência em que muitas mulheres se encontram e em terceiro lugar, que as mensagens que sejam lançadas a partir das instituições envolvidas no protocolo contribuam para prevenir as atitudes violentas entre crianças e adolescentes.
- C. **Privacidade e confidencialidade na atenção:** toda a informação que se reúna nos processos de atenção às vítimas considerará a legislação sobre proteção de dados pessoais e respeitará sempre o direito à intimidade e à proteção da própria imagem das entrevistadas. As entrevistas serão realizadas em lugares privados, o mais retirados e agradáveis possíveis, respeitando as circunstâncias e o estado emocional em que a vítima se encontre e os profissionais atuarão respeitando sempre a cláusula de confidencialidade.
- D. **Assistência integral e de proximidade:** existirá uma avaliação personalizada que permita determinar as necessidades de cada caso, pondo-se à disposição das vítimas de violência de gênero todos os recursos, serviços e prestações mais adequados e mais próximos da vítima.

- E. **Coordenação, articulação e cooperação entre as distintas instituições envolvidas:** as máximas que dirigem as atuações contidas neste protocolo são a coordenação entre os distintos setores institucionais (justiça, segurança, serviços sociais e educativos) e as diretrizes colaborativas entre instituições. Sem que se produza esta tomada de consciência e este compromisso interinstitucional, a articulação das medidas aqui contidas não será possível.
- F. **Proteção de menores de idade:** o interesse superior de crianças e adolescentes, reconhecido nos códigos da infância e adolescência, nas leis protetoras a nível nacional e em diversos instrumentos internacionais, será tido em conta em todas as atuações contidas neste protocolo. Garante-se o respeito pelos direitos da infância e a sua específica proteção em casos de violência no quadro do presente protocolo.
- G. **Reduzir e tentar evitar a vitimização secundária:** a também chamada revitimização é uma das “patologias” ou falências mais habituais dos serviços de atenção às vítimas, na medida em que as intervenções dos profissionais podem ocasionar que a vítima reviva de forma traumática episódios do ciclo violento. A sensibilização e formação dos profissionais neste sentido é o melhor instrumento para evitar estas situações, garantindo que as vítimas sofrem os menores incómodos possíveis ao serem atendidas.
- H. **Potenciação da autonomia pessoal da mulher:** o empoderamento das mulheres é um fim em si mesmo em todas as atuações em matéria de violência de gênero. Permite que as mulheres adquiram ferramentas psicossociais para afrontar os conflitos de maneira mais adequada, que recomponham a sua autoestima depois dos processos de degradação pessoal a que foram submetidas e que disponham de recursos profissionais produtivos e ajudas sociais que possibilitem iniciar uma vida autónoma, sozinhas ou na companhia dos seus filhos.
- I. **avaliação, transferência e seguimento na intervenção social:** as intervenções no âmbito da atenção pelos trabalhadores ou assistentes sociais devem iniciar-se com o estudo do caso, continuar com a avaliação das circunstâncias e as opções e a tomada de decisão entre a atenção direta ou a transferência para outros serviços. A transferência habitualmente produz-se entre os serviços de atenção mais básicos ou gerais (serviços de saúde, por exemplo) àqueles mais especializados (atenção a vítimas, ou especializados para mulheres, serviços de orientação jurídica, etc.) e requer um conhecimento exaustivo e atualizado dos serviços disponíveis no âmbito geográfico concreto de atuação. Sem coordenação prévia entre as instituições a transferência não é possível.

O seguimento que se realiza às vítimas deve modelar-se em conformidade com a sua situação, sendo mais intenso quando a sua situação é mais grave, desde a entrevista semanal até ao seguimento de dois em dois meses.

- J. **Eficácia e agilidade das atuações:** muitas das situações que se vão afrontar através deste Protocolo requerem atuações imediatas. Estas atuações necessitam de uma articulação ágil e eficaz dos procedimentos e da resposta das instituições. Em muitos casos, disso mesmo dependerá a segurança e proteção da vítima.
- K. **Avaliação da situação de risco em que se encontra a vítima:** promover-se-á o desenvolvimento de ferramentas específicas de deteção do perigo para a vítima, planos de segurança, o estabelecimento de níveis de risco e sistemas de alerta sobre a iminência de uma situação grave para a segurança da vítima.





## 4. Parte II: diretrizes de atuação nos âmbitos sanitário, policial, judicial, serviços sociais e educativo

### 4.1. Intervenção e atuação dos serviços de saúde

Os serviços sanitários têm um importantíssimo papel na detecção, prevenção, abordagem e atenção da violência de gênero e os profissionais destes serviços são o primeiro ou único contacto que muitas mulheres vítimas têm com as instâncias públicas quando necessitam de apoio ou informação. Tanto os centros de atenção primária, como especializada, dentro do sistema de saúde público-privada devem atender as mulheres vítimas de maltrato, mediante uma adequada atenção médica, uma avaliação precisa da sua segurança e sistemas efetivos para mobilizar os recursos adequados para cada situação de violência.

O elemento mais relevante da fase de atenção nos centros de saúde em termos de proteção e da abertura de diligência judiciais é o RELATÓRIO MÉDICO (relatório de lesões). Trata-se de um documento médico-legal que se dirige ao procurador/a, quando há denúncia penal ou juiz competente perante qualquer incidente que gere lesões que possam ser constitutivas de falta ou delito e a sua elaboração TEM DE SER DE CARÁTER OBRIGATÓRIO, em qualquer caso.

Neste capítulo definem-se dois cenários possíveis da intervenção:

#### **1A) Perante episódio de violência que gere lesões físicas ou psíquicas detetáveis e evidentes**

- I. A assistência médica iniciar-se-á de acordo com o plano de atuações terapêuticas correspondente.
- II. Se existirem indícios de agressão ou abuso sexual, informar-se-á o procurador/a e/ou polícia judicial, para que este coordene e ordene a presença forense.
- III. Após a assistência médica, proceder-se-á ao preenchimento do Atestado médico ou relatório de lesões. Este deve incorporar pelo menos as seguintes informações:

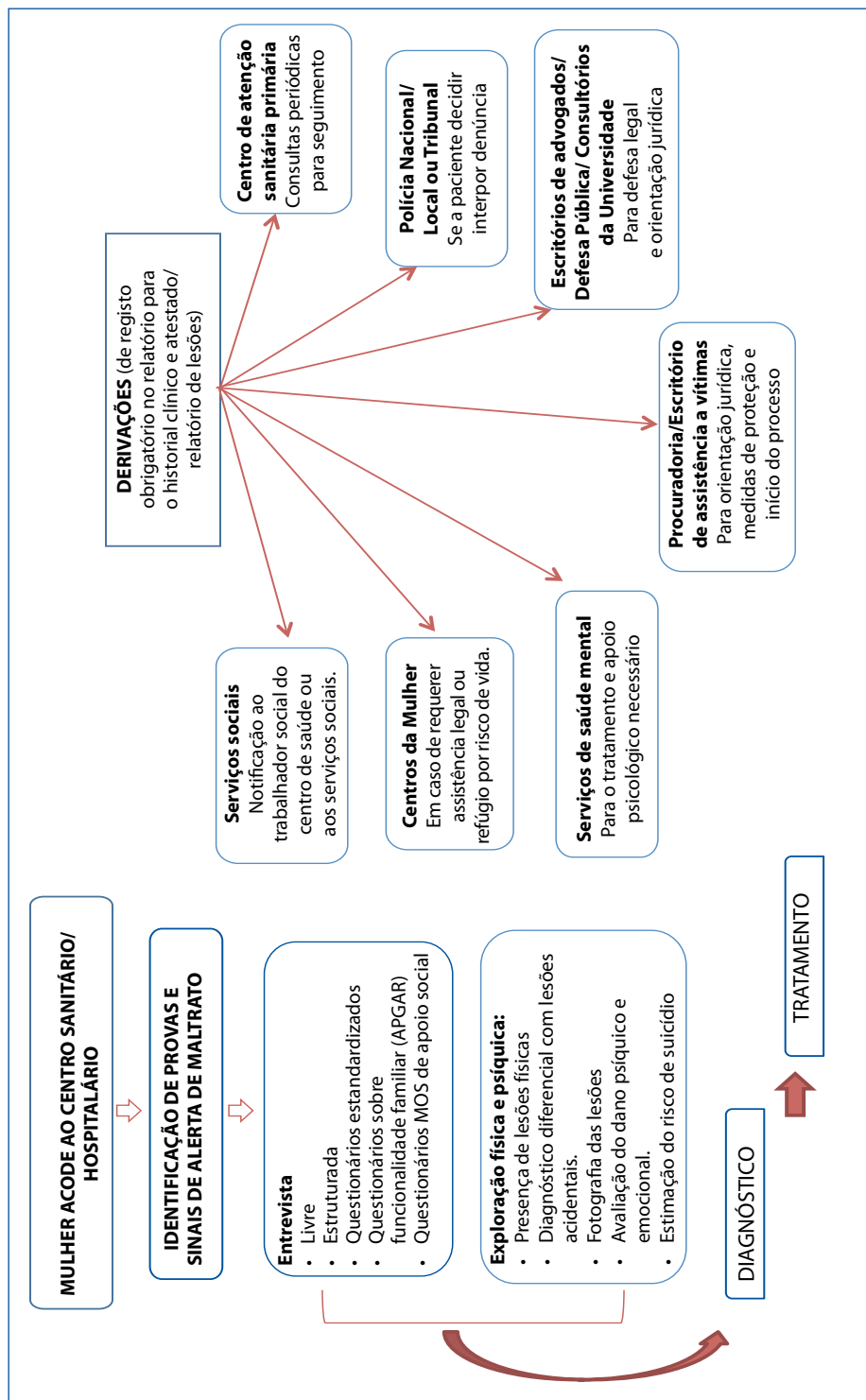
- Dados de filiação da vítima (nome, idade, sexo, morada...).
  - Motivos da assistência segundo declaração da vítima (data, hora e lugar da agressão, pessoa agressora, se for conhecida e tipo de violência, física, psíquica ou ambas).
  - Antecedentes pessoais em relação às lesões.
  - Exploração física (descrição das lesões: forma, tamanho ou dimensões, localização e aspetos descritivos da cor, sendo aconselhável tirar fotografias com o prévio consentimento da vítima).
  - Estado emocional no momento do relatório.
  - Diagnóstico e tratamento: em relação à reparação imediata que pode ordenar o juiz, cobertura de despesas médicas pelo agressor.
  - Plano de atuação e observações: tendo em conta as circunstâncias de cada caso, determinar-se-á para onde se transfere a vítima: para a Atenção Primária, um Hospital para o seu internamento, Serviços Sociais, Serviço de Assistência à Vítima ou para outro.
- IV. O atestado médico ou relatório de lesões é então elaborado, procedendo-se depois à leitura do mesmo à vítima e remetendo-se com a maior brevidade possível à Procuradoria ou a Tribunal especializado ou competente. É necessário fornecer uma cópia à vítima tanto do relatório como do documento de remissão. Esta poderá habilitar outra pessoa para levantar ambos os documentos se isso for considerado mais conveniente ou pertinente para a sua segurança. Ambos os documentos devem constar também no historial clínico da vítima.
- V. Se esta primeira atuação médica se realizar nos serviços de urgência ou de atenção especializada, dever-se-á preencher também um relatório médico que possa ser utilizado estritamente pelo médico habitual que se encarregará do tratamento.
- VI. Os profissionais sanitários devem conhecer as medidas sociais com que o centro sanitário conta para oferecê-las à vítima e, no caso de que não existam ou serem insuficientes, proporcionar-se-á o contacto com os Serviços Sociais do município ou os de Assistência à Vítima.

Deve avaliar-se se existe um risco objetivo para a segurança ou integridade física da mulher: se existir será solicitada a presença policial no centro de saúde.

## **1B) Perante episódio de violência que não gere lesões detetáveis e evidentes**

Encontramo-nos perante aquelas situações nas quais o pessoal sanitário tem suspeitas fundadas de que pode existir maltrato de acordo com os indícios detetados numa revisão ou uma atenção com base noutro sintoma. Está provado que as mulheres que são objeto de agressões recorrem ao centro de saúde transcorrido um tempo, de forma geral longo, por volta de um ano depois de início do maltrato. Os centros de saúde devem dotar os seus profissionais de ferramentas para catalogar e detetar os sinais deste tipo de violência, para que a deteção se possa realizar o mais rapidamente possível.

- I. Se a mulher reconhecer estar numa situação de violência, deve proceder-se à realização de uma exploração minuciosa para detetar possíveis lesões ou avaliar o seu estado emocional, informando-a acerca das explorações que serão realizadas e da sua finalidade.
- II. Se a vítima não quiser denunciar os factos, terá de se lhe explicar que denunciar não é só um direito, como também uma forma de acabar com a relação violenta que está a sofrer e a maneira de aceder aos mecanismos de proteção da Administração da Justiça: afastamento da pessoa agressora, proteção policial, suspensão dos direitos do pai a respeito do filho ou filha, uso da habitação, pensão de alimentos, etc.
- III. Dado que devem ser considerados delitos de ação pública, os profissionais da saúde são obrigados a reportar estas informações ao procurador/a ou juiz/a competente e a vítima deve estar informada desse facto.
- IV. No caso de a vítima não reconhecer estar em situação de maltrato e não se dispuser de elementos de prova suficientes para poder considerar que existe uma suspeita fundada, registar-se-ão no historial clínico os indícios existentes e a atuação realizada, prestar-se-á atenção aos problemas físicos/psíquicos/sociais encontrados e oferecer-se-ão visitas de seguimento.



Fonte: a partir de Acordo de coordenação institucional e aplicação dos protocolos contra a violência de género e atenção a Mulheres de Castilla La Mancha. Nov. 2009

### Provas e sinais de alerta

- FÍSICOS: traumatismos, hematomas, queimaduras, epistaxe de repetição, DST, cefaleias, dor torácica, palpitações, transtornos digestivos e do sono, astenia.
- PSÍQUICOS: ansiedade, depressão, confusão, medo, ideias suicidas, transtornos da alimentação, abuso de substâncias ou fármacos.
- SOCIAIS: isolamento, baixas laborais repetidas.
- ATITUDE: angústia, tristeza, submissão, respostas evasivas, temor, anulação de compromissos marcados, incumprimento terapêutico, hiperfrequentação.

### Sinais de alarme ou risco de suicídio

- Euforia após um período de desespero
- Audácia temerosa ou acidentes múltiplos
- Remorsos
- Excessiva autocritica
- Desconsolo
- Referências suicidas.

### Indicadores de risco de vida

- Consumo de drogas ou abuso de álcool
- Aumento da frequência dos episódios violentos
- Lesões graves
- Maus tratos a filhos ou outros membros da família
- Alterações na situação laboral do agressor
- Processo de separação
- Violência sexual
- Fracasso dos sistemas de apoio familiar ou social
- Conduta vigilante, ciúmes patológicos do agressor
- Tentativas de suicídio ou chamadas de atenção por parte da paciente

### Recomendações para a entrevista clínica à mulher perante a suspeita de maltrato

- Ver a mulher sozinha, assegurando a confidencialidade
- Observar atitudes e estado emocional
- Facilitar a expressão de sentimentos
- Manter uma atitude empática que facilite a comunicação, com escuta ativa.
- Seguir uma sequência lógica de perguntas mais gerais e indiretas a outras mais concretas e diretas.
- Abordar diretamente o tema da violência
- Expressar claramente que nunca se justifica a violência.

### Em caso de a mulher reconhecer ser vítima

- Fazê-la sentir que não é culpada da violência que sofre
- Acreditar nela, sem pôr em dúvida a interpretação dos factos, sem emitir juízos de valor.
- Ajudá-la a pensar, a ordenar as suas ideias e a tomar decisões.
- Alertá-la para os riscos e aceitar a sua escolha.
- NÃO dar a sensação de que tudo tem uma solução fácil.
- NÃO gerar falsas expectativas.
- NÃO criticar a atitude da mulher ou a ausência de respostas.
- NÃO menosprezar a sensação de perigo por ela expressada.
- NÃO recomendar terapia de casal nem mediação familiar
- NÃO prescrever fármacos que diminuam a sua capacidade de reação.
- NÃO atuar de forma paternalista nem impor critérios ou decisões.

## **4.2. Intervenção e atuação dos corpos policiais (administrativa e/ou judicial)**

As forças policiais costumam ser a primeira instituição a atender as mulheres vítimas de violência de género e o seu papel é central na receção da denúncia e na avaliação do nível de risco. As suas atuações devem ser regidas por protocolos internos próprios que se completarão com o estabelecido neste de carácter interinstitucional.

A polícia normalmente tem conhecimento de uma situação de violência ou agressão por alguma destas vias:

- i. Chamada da vítima ou de um terceiro.
- ii. A vítima acode à Esquadra para denunciar diretamente os factos
- iii. Ativação dos serviços de emergência - urgência.

Intervenção psicossocial em escritórios ou instâncias com competências em atenção

### **2A) Atenção de urgência - lugar da agressão**

- I. Quando assim for requerido, a polícia acudirá ao domicílio ou lugar onde se encontre a vítima permanecendo o tempo que for necessário. A entrada no domicílio realizar-se-á de acordo com o previsto na legislação vigente em casos de flagrante delito.
- II. O/a agente restabelecerá a calma, averiguará o ocorrido, através das pessoas implicadas e por testemunhas, registando os dados identificativos pertinentes.
- III. Realizar-se-á uma avaliação inicial da situação de risco com o objetivo de adotar as medidas de segurança mais adequadas ao caso (afastamento entre vítima e agressor, detenção do agressor, se for necessário, etc.).
- IV. Os/as agentes dirigir-se-ão sempre à mulher vítima com uma atitude de máximo respeito e compreensão face à sua situação pessoal e aos factos expostos, mantendo o agressor afastado e atendendo-a de maneira a que ela se sinta segura e não a culpabilizar nem julgar pelo ocorrido. Exemplificação micro machismos que incidem em transferência de culpa - em formações especialmente.
- V. Se a vítima apresentar lesões, por mais pequenas que sejam, ou se se suspeitar da sua existência, mesmo que não sejam visíveis, acompanhar-se-á esta ao serviço médico correspondente indicando-lhe que solicite o relatório médico ou de lesões oficial, a fim de poder apresentá-lo no momento de realizar a denúncia.

- VI. No caso de se tratar de uma agressão ou abuso sexual recente, a transferência será para o serviço de urgências do hospital mais próximo.
- VII. A vítima será informada de que não deve lavar-se nem mudar de roupa, nem deve beber nem comer se tiverem sido produzidas agressões por via bucal.
- VIII. Se a transferência for para o hospital, a equipa policial assegurar-se-á que foi ativado o protocolo para a atenção deste tipo de caso, deve informar o procurador/a ou juiz/a de que foi solicitada a presença do médico forense no hospital, com a finalidade de se praticar o reconhecimento e a recolha de amostras. Desta forma, serão proporcionados ao/à forense todos os dados disponíveis sobre o facto.
- IX. Só se tomará declaração depois de a vítima ter sido reconhecida por pessoal do centro de saúde e se tiverem sido cobertas as suas necessidades pessoais imediatas.
- X. Quando houver menores a cargo da vítima, durante o tempo que esta não possa ocupar-se delas, serão colocadas sob a tutela da pessoa designada pela vítima ou com familiares; se isto não for possível, contactar-se-á com os Serviços públicos estipulados para que se encarreguem. Sempre que o menor for considerado como vítima ou se encontre numa situação de desamparo, redigir-se-á um relatório dirigido ao Serviço Social correspondente.
- XI. No atestado/relatório/parecer policial constarão todos os dados identificativos da vítima, assim como as lesões, solicitando do serviço médico relatório de lesões para depois o anexar.
- XII. Deverá obter-se a denúncia da vítima nas dependências policiais facultadas para tal, se possível num lugar privado, para tal ser-lhe-á oferecido o acompanhamento oportuno e transferência, se for necessário.

**2B) Dependências policiais - denúncia/registo da intervenção e atuações policial no relatório ou na ata de atuação policial**

- I. Em primeiro lugar, informar-se-á a vítima acerca da importância e sobre as consequências da interposição da denúncia.
- II. Nos casos de delitos sexuais também será informada acerca da necessidade de interpor denúncia para que se possa perseguir judicialmente o presumível agressor. Se a vítima for um menor de idade, deverá oficiosamente elaborar o relatório policial e remetê-lo ou apresentá-lo de imediato à procuradoria.

- III. Desta forma, será informada de que tem direito a ser assessorada gratuitamente por um advogado/a particular ou por um defensor público. No caso de que a vítima mostre a sua disposição a ser assessorada, desde as dependências policiais serão realizadas as gestões oportunas para tal e a vítima será informada sobre o tempo estimado para a chegada do advogado ou do defensor ao centro policial.
- IV. O/a advogado/a designado reunir-se-á com a mulher num lugar privado das próprias dependências policiais e assessorá-la-á sobre os direitos mais imediatos que a assistem, acompanhando-a na declaração e redação da denúncia. Se a mulher não se encontrar em condições de prestar declaração, o advogado reunirá a informação necessária e ponderará a denúncia por escrito.
- V. A receção da denúncia realizar-se-á tendo em conta o especial estado emocional em que se encontre a vítima, procurando criar um clima de segurança e tentando que a denúncia seja obtida por uma agente, num lugar confortável, privado, que impeça interrupções e que preserve a intimidade da vítima.
- VI. Adotar-se-ão todas as medidas necessárias para evitar o contacto desta com o presumível agressor.
- VII. Na receção e obtenção da denúncia e/ou declaração, obter-se-ão dados necessários para a investigação:
  - a. Relação vítima-agressor (cônjuges, união de facto, divorciados, separados, namorados, etc.) e relação dos integrantes do grupo familiar que partilhem unidade de convivência.
  - b. Relato dos factos: antecedentes imediatos, frequência das agressões, adições, meios para agredir e muito importante, se o agressor tem armas de fogo e em que condições estão.
  - c. Agressões prévias ou maus tratos: se existiram agressões anteriores, denúncias ou partes médicos, situação dos menores a seu cargo. Se não se denunciou anteriormente referir-se-ão as causas para não o ter feito.
  - d. Testemunhas presenciais ou de referência: especialmente as pessoas do grupo familiar que estiveram presentes no momento da agressão ou que pudessem ter conhecimento da situação de violência de gênero.
  - e. Motivo da agressão segundo o relato da vítima. Elementos de análise sobre a vivência da vítima do episódio ou processo violento. É muito indiciário sobre a manutenção da denúncia e a vontade da vítima de permanecer no processo.



- VIII. Em qualquer caso, interromper-se-á a declaração as vezes que forem necessárias e, inclusive, adiar-se-á se se entender que a vítima não está em condições de declarar. Uma vez finalizada a denúncia, será entregue à vítima cópia da mesma.
- IX. Uma vez obtida a denúncia, será tramitada e será solicitado à vítima um número de telefone e domicílio onde possa ser localizada rapidamente para o momento em que deva apresentar-se no tribunal e/ou procuradoria.
- X. Se a mulher decidir não APRESENTAR DENÚNCIA, para além de lhe fornecer toda a informação sobre as consequências de não o fazer, os recursos sociais disponíveis, as medidas cautelares para garantir a sua integridade física e segurança e de que a MEDIAÇÃO está vedada nestes casos.

## **2C) Proteção à vítima**

- I. Se a vítima temer pela sua segurança ou assim o solicitar, será acompanhada, tanto ela como se for necessário os seus filhos e filhas menores a seu cargo, a um domicílio ou lugar alternativo proposto por ela (casa de familiares, amigos, etc.). Também, se for necessário, a vítima será acompanhada ao seu domicílio para retirar a roupa e outros bens de primeira necessidade.
- II. O acompanhamento policial também se produzirá nos casos em que a mulher necessitar dirigir-se ao seu domicílio para realizar a retirada de bens, pertences ou documentação e segundo o critério de segurança que se considere necessário.
- III. Nos casos em que se deva proceder à transferência da vítima para o serviço médico de urgência, serviços sociais, domicílio, etc., dita transferência será efetuada, na medida do possível, mediante veículo oficial sem distintivos.
- IV. Tanto na atenção à vítima como nas possíveis transferências da mesma, tentar-se-á que na equipa policial participe pelo menos uma agente mulher.

## **2D) Informação e acesso aos serviços sociais**

- I. Facilitar-se-á por escrito à vítima informação sobre os seus direitos e sobre os recursos sociais existentes.
- II. A vítima será informada sobre a possibilidade de solicitar medidas cautelares de proteção, de acordo com a legislação vigente e de solicitar advogado gratuito ou defensor público.

- III. A Polícia deve contar com uma relação atualizada dos recursos económicos (ajudas, subsídios) e sociais (programas de assistência jurídica, psicológica, casas abrigo, refúgios, centros de atenção e acolhimento, etc.)
- IV. Em todo o caso, independentemente da informação que for facilitada à vítima, considerar-se-á especialmente importante tentar transferir o caso para o Serviço Social de Base ou de Urgência, Serviço de Acolhimento Imediato, Serviço de Igualdade ou para o Serviço de Assistência à Vítima correspondente.

## **2 E) Investigação e elaboração do atestado**

- I. Com a maior rapidez e exaustividade possíveis serão levados a cabo os atos de comprovação in situ e investigação que forem necessários para a constituição de meios que provem a existência da infração penal e da responsabilidade do seu autor: inspeção ocular, testemunhas, reconhecimento fotográfico da vítima sob o seu consentimento, etc.
- II. A vítima será informada acerca da importância de facilitar todos os efeitos e elementos que possam estar relacionados com os factos investigados, para o seu devido esclarecimento.
- III. Também se verificará a existência de intervenções policiais e/ou denúncias anteriores em relação à vítima ou ao presumível agressor, assim como os antecedentes deste último. Além disso, comprovar-se-á a existência de medidas de proteção estabelecidas anteriormente.
- IV. Se a vítima decidir não APRESENTAR DENÚNCIA, a Polícia fará constar no atestado toda a informação possível e remetê-lo-á de imediato ao Ministério Público e ao Tribunal para que sejam adotadas as medidas necessárias que garantam a sua segurança.
- V. No atestado anexar-se-á toda a informação necessária para informar o Tribunal: antecedentes, diligências de inspeção ocular, pedido de medidas cautelares, diligência de avaliação de risco sobre a perigosidade da situação, declarações, etc.

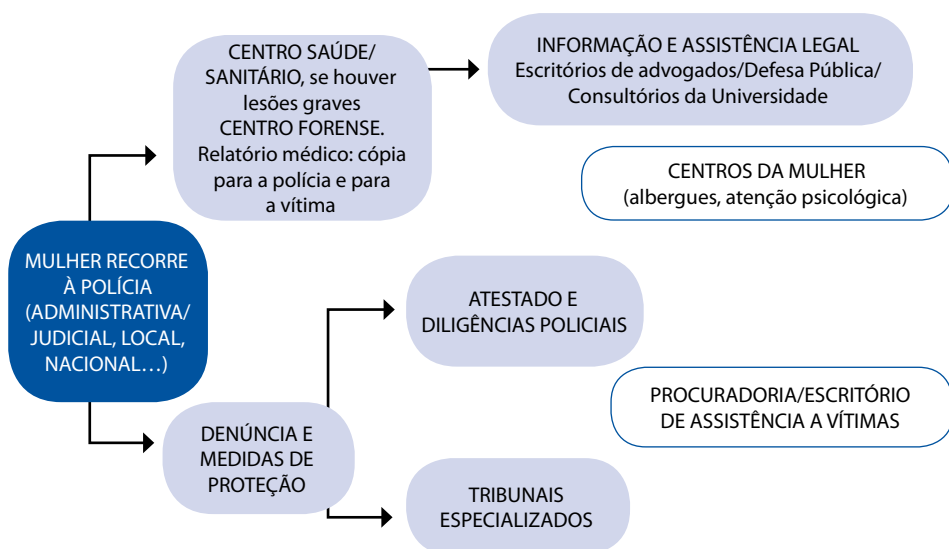
## **2F) Avaliação do risco e medidas de proteção**

- I. Quando a sua situação de risco assim o aconselhar, e em função do resultado da avaliação de risco realizada, serão adotadas medidas específicas de proteção da vítima. Entre outras, estas poderão ser as seguintes:

- Vigilâncias e seguimentos da pessoa agressora e, em caso de que possam levar-se a cabo de forma eficaz e operativa, sistemas tecnológicos de detecção de proximidade ao serviço dos órgãos judiciais com o objetivo principal de garantir o cumprimento das medidas judiciais de afastamento que lhe sejam impostas.
- Atividades preventivas sobre rotinas, comprovações telefônicas e visitas aleatórias, transferências, acompanhamentos e operativos pontuais de proteção.
- Proteção permanente às vítimas nos casos de maior risco ou internamento em dependências de localização não disponível.

II. Não obstante, a todas as mulheres vítimas de violência de gênero, salvo recusa expressa, serão oferecidos as seguintes medidas de proteção:

- Formação e entrega de materiais sobre medidas de autoproteção.
- Dispositivos que permitam uma comunicação direta e imediata entre a vítima e os serviços policiais durante 24 horas por dia.



### 4.3. Intervenção e atuação das instituições do setor justiça

#### A) Ministério público

- I. Adoção de medidas de proteção /cautelares: o Ministério Público coordenará em caso de urgência e necessidade a adoção, por parte dos tribunais, das medidas de proteção/cautelares previstas legalmente, procurando o máximo rigor no seu cumprimento.
- II. Notificação das medidas de proteção/cautelares e resoluções judiciais: o MP velará por se ter produzido sempre a respetiva notificação à vítima, sobre as medidas de proteção/cautelares que sejam ditadas pelos Tribunais, assim como das penas acessórias que se imponham ao agressor para efeitos da sua proteção e conhecimento. Também velará por se notificar a vítima, mesmo quando seja apenas testemunha no processo.
- III. Cooperação com os Tribunais para efeitos de unificação de dados e informação: especialmente no que seja relativo às medidas de proteção / cautelares.
- IV. Se a vítima for criança ou adolescente e o agressor adulto, respeitar-se-ão as atuações estabelecidas e dar-se-á conta à Procuradoria especializada em proteção de menores ou instituição tuitiva equivalente no caso de que exista para o caso de ser necessária a adoção de medidas de proteção. Esta procuradoria será plenamente competente nos casos em que agressor e vítima sejam menores.
- V. Pode solicitar a tramitação urgente das medidas de proteção às vítimas.
- VI. Seguimento dos relatórios remetidos desde os serviços sociais especializados ou desde os escritórios de vítimas, relativamente à situação de mulheres que dispõem de medidas cautelares como consequência da perigosidade do agressor.
- VII. O Ministério Público fornecerá à vítima a informação procedente do Tribunal/ Instituições penitenciárias sobre a saída em liberdade do agressor.
- VIII. O MP receberá informação da Polícia sobre os casos em que não existe denúncia mas sim suspeitas de maltrato ou agressão, quando a vítima possa estar ameaçada ou tenha medo de possíveis represálias do seu agressor, com o objetivo de solicitar as medidas de proteção necessárias. Pode receber também atestados oficiais pela Polícia para iniciar diligências de investigação sobre possíveis factos ilícitos.
- IX. O Ministério Fiscal velará especialmente por informar as vítimas desta violência acerca dos seus direitos, de forma clara e acessível; por que se cumpra o dever

de informação da situação penal, e até penitenciária, em que se encontre o imputado, assim como pela proteção dos dados pessoais das vítimas e, em particular, porque quando uma vítima estiver acolhida num recurso dependente da Administração, a morada que conste no expediente não seja o da localização do recurso em concreto, mas sim o da instituição de quem depende.

- X. Seguimento geral da vítima e acompanhamento: o MP coordenará e remeterá as vítimas para o sistema de seguimento que seja acordado entre as instituições. De acordo com o modelo de coordenação proposto, recomenda-se o sistema de referência e contrarreferência complementado com um componente de acompanhamento que poderá ser levado a cabo por organizações da sociedade civil ou pelas universidades.
- XI. Coordenação e seguimento das medidas de proteção/cautelares: quando tiverem sido dadas pelo juiz/procuradores corresponderá de acordo com a sua distribuição de competências velar pelo seu cumprimento. Determinadas medidas (as mais urgentes) poderão ser adotadas oficiosamente pelo Ministério Fiscal, de acordo com a legislação processual de cada país.

**B) Tribunais/Jurisdições especializada em caso de que existam ou se o mp detiver estas competências**

- I. No tribunal/procuradoria competente é possível receber diretamente a denúncia ou ter conhecimento dos assuntos de violência de gênero pela remissão do relatório de lesões desde os centros sanitários, o atestado policial ou as diligências realizadas pelo Tribunal de turno nos horários em que não haja audiência pública.
- II. Se a vítima apresentar lesões que requeiram assistência sanitária, ou se se suspeitar da sua existência, apesar de não serem visíveis, informar-se-á imediatamente o titular do Tribunal da presença da mulher, considerando-se convenientes as seguintes atuações:
  - A transferência e acompanhamento pela polícia judicial da mulher ao serviço médico correspondente.
  - Em caso de agressões ou abusos sexuais, a transferência será para o hospital mais próximo e a vítima será informada de que não deve lavar-se nem mudar de roupa, nem deve comer nem beber se se tiverem produzido agressões por via bucal.
  - A transferência do médico ou médica forense ao centro sanitário com o objetivo de prever o asseguramento de provas e realizar a recolha de amostras.

- III. No caso de que a mulher não requeira assistência sanitária, tentar-se-á que a obtenção da denúncia se realize num lugar privado, tendo em conta o estado emocional em que se encontra a vítima e, em atenção às suas circunstâncias pessoais, ser-lhe-á dispensado um tratamento especialmente respeitoso e preferente.
- IV. A vítima será informada acerca de importância e das consequências da interposição da denúncia e do pedido das medidas de proteção. Desta forma, será informada acerca do seu direito a ser assessorada gratuitamente antes de formalizar a denúncia por um advogado ou defensor público.
- V. No caso de que a vítima mostre a sua disposição a ser assessorada, desde as dependências judiciais serão realizadas as gestões oportunas para tal e a vítima será informada acerca do tempo estimado para a chegada do advogado e defensor.
- VI. Na denúncia deverá constar a maior informação possível sobre os factos com a finalidade de facilitar a acumulação de autos ou diligências que tiverem lugar no seu caso, assim como os antecedentes de agressões, se as houver, frequência dos maus tratos, se forem denunciados, lugar e data de apresentação das denúncias, se se produzirem nos filhos ou filhas, se são acompanhados de ameaças e se o agressor possui armas. O relato que a vítima oferece deve receber-se na primeira pessoa e de forma literal.
- VII. Considera-se relevante que se leve a cabo o reconhecimento médico imediato por parecer do médico ou médica forense, que emitirá o correspondente relatório, onde deverão observar-se as possíveis lesões psicológicas.
- VIII. Considera-se igualmente conveniente que se solicitem os oportunos relatórios psicológicos parciais às Equipas Psicossociais Judiciais e, se for caso disso, relatórios sociais aos Serviços de Assistência à Vítima e/ou aos Serviços Sociais correspondentes.
- IX. Desta forma, os órgãos judiciais efetuarão a disponibilização de ações e recursos, entregando-lhe uma nota informativa onde conste o conteúdo dessa mesma disponibilização e onde se inclua a direção e o número de telefone dos Serviços de Assistência à Vítima e outros serviços especializados. Os órgãos judiciais facilitarão o contacto com ditos serviços, onde serão informados e assessorados sobre o seu direito a solicitar medidas protetoras e cautelares, o seu direito à representação legal e sobre a possibilidade de solicitar as ajudas e recursos sociais disponíveis. Igualmente, os Serviços de Assistência à Vítima e/ou outros serviços especializados informarão a mulher acerca dos recursos sociais gratuitos existentes no seu município ou região (recursos de acolhimento, programas de assistência jurídica e psicológica, ajudas económicas, etc.) e ser-lhe-á facilitado o contacto com os serviços sociais correspondentes a fim de poder aceder a ditos recursos.

- X. TOMADA DE DECLARAÇÃO À DENUNCIANTE: uma vez informada sobre os seus direitos e a disponibilização da informação dos recursos sociais e a assistência jurídica, será prestada declaração perante o juiz. Se o advogado gratuito ou Defensor Público for solicitado, estará presente, assim como o denunciado, se assim estiver indicado na denúncia recebida através de atestado policial.
- Se a vítima for um menor de idade ou incapacitado, declarará na presença de alguma das pessoas que ostente o exercício do poder parental, do seu tutor/a legal ou da pessoa que represente o Centro onde estiver internada ou detenha a sua custódia.
  - Se a vítima for estrangeira ou de língua cooficial, ser-lhe-á atribuído um tradutor na sua declaração de modo que possa verificá-la de forma fiável e compreensivelmente.
- XI. Com a celeridade possível uma vez tidos em conta estes elementos, recomenda-se que a/o juiz avalie a adoção de medidas de proteção. O juiz comunicará a adoção destas medidas a:
- a. VÍTIMA
  - b. IMPUTADO
  - c. DENUNCIANTE
  - d. MINISTÉRIO PÚBLICO
  - e. CORPO POLICIAL
  - f. PONTOS OU UNIDADES DE COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA A PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS
  - g. CENTROS ESPECIALIZADOS DE ATENÇÃO A QUE PODE REMETER-SE A VÍTIMA
- XII. TOMADA DE DECLARAÇÃO AO IMPUTADO-DETIDO: para evitar a confrontação visual entre vítima e agressor recorrer-se-á sempre que for possível ao uso de biombos ou habitáculos contíguos, câmaras, quando tiverem de ser praticadas vistas onde a lei determine as vistas conjuntas, como o julgamento. Evitar-se-á sempre a presença conjunta de ambos na medida em que a lei o permita, evitando convocá-los no mesmo dia ou à mesma hora. Nos espaços de espera também existirá separação física entre ambos. O advogado ou defensor público ou privado deverá estar presente.

- XIII. Após a declaração do imputado, tomar-se-á declaração dos/as polícias atuantes e das testemunhas da agressão.
- XIV. O procurador(a) / juiz (a) solicitará antecedentes penais dos detidos-denunciados. Tentar-se-á obter a lista completa de assuntos judiciais em que tiverem intervindo denunciante e denunciados para reunir toda a informação sobre assuntos anteriores ou em trâmite.
- XV. A análise dos antecedentes pode dar lugar a obter testemunhos de particulares que tiverem declarado noutros julgamentos mediante ofício ou mandato. Também pode suscitar o interesse pelo conteúdo doutras sentenças condenatórias, autos de arquivamento ou qualquer outro documento particular relevante para a causa.
- XVI. O procurador (a) / juiz (a) deve reunir os relatórios que se tiverem elaborado e outras instituições com conhecimento da situação sócio-familiar, tanto da vítima como do presumível agressor.
- XVII. Dever-se-á incorporar às diligências, para tentar evidenciar ou provar o ilícito penal investigado, todos os documentos que façam constar as ameaças através de fotografia ou mensagens telefónicas com conteúdos relevantes para a investigação e os seus dados de procedência.
- XVIII. O procurador (a) / juiz (a) solicitará relatórios psicológicos e médico-forenses para que se proceda ao reconhecimento de vítima e imputado. Para a primeira terá de determinar-se quais são as lesões físicas e psíquicas de que possa padecer, assim como as sequelas da agressão emitindo o correspondente atestado médico. É relevante conhecer através de relatório psicológico se a denunciante tiver vivido anteriormente situação de maltrato no contexto do casal. Sobre o imputado interessa conhecer aspetos sobre as suas faculdades intelecto volitivas, rasgos principais de personalidade, estado de saúde mental, assim como se se encontra sob os efeitos do álcool, drogas ou substâncias psicotrópicas.
- XIX. Em cumprimento da resolução judicial, o condenado poderá ver-se transferido para serviços de reinserção e reeducação para o tratamento de agressores.
- XX. Considera-se conveniente que o juiz ou juíza, no exercício das suas faculdades, avalie a possibilidade de agilizar o procedimento no caso de que o facto revestir caracteres de delito. Se se tratar de falta suscetível de ser julgada imediatamente, a polícia realizará as convocatórias no dia útil mais próximo segundo a agenda dos Tribunais.
- XXI. Dentro destas diretrizes de atuação, também se considera oportuno que o procurador (a)/ juiz (a) ou tribunal avalie solicitar designação de advogado ou



defensor público gratuito em julgamento por faltas quando alguma das outras partes acuda a dito ato com assistência jurídica.

- XXII. A vítima deve estar informada sobre a situação processual do imputado assim como sobre o alcance e vigência das medidas cautelares. Neste sentido, a procuradoria/os tribunais remeterão as resoluções que para tal fim se adotem aos serviços de Assistência à Vítima ou outros órgãos especializados que serão os encarregados de transmitir à vítima dita informação.

Desta forma, ditos Serviços de Assistência à Vítima serão os encarregados de informar a vítima acerca da situação penitenciária do agressor, para o qual os Centros Penitenciários porão ao seu conhecimento as libertações de pessoas imputadas por estes delitos em algum dos órgãos judiciais da Comunidade Autónoma.

### **C) Assistência jurídica gratuita – assessoria e representação legal**

- XXIII. Os serviços de Defesa Pública ou os Escritórios de Advogados que provejam defesa jurídica às vítimas de violência de gênero, outorgarão prioridade à atenção destes casos. No suposto de, simultaneamente ou posteriormente, ser solicitado pela vítima assistência jurídica gratuita para a substanciação de procedimento de separação conjugal ou divórcio, o Escritório de Advogados ou a Defesa Pública correspondente disponibilizará os meios necessários para que a designação recaia no mesmo advogado designado para a assistência da vítima no procedimento penal seguido como consequência dos maus tratos. Se não for possível, a instituição procurará os meios para que exista uma coordenação efetiva entre o profissional designado para a defesa da vítima no procedimento penal e quem seja designado por turno para a sua defesa no procedimento de separação conjugal ou divórcio ou questões relativas a procedimentos de filiação.
- XXIV. A assistência jurídica será presencial e far-se-á efetiva na esquadra, no tribunal, quando for solicitado nestas dependências, e, quando for solicitado desde os serviços sociais, com caráter geral no gabinete profissional do advogado ou noutro lugar análogo acordado com a pessoa recorrente da assistência.
- XXV. A gratuidade da assistência jurídica especializada abará todas as vítimas de violência sobre a mulher, violência doméstica ou de um delito contra a liberdade sexual e compreenderá:
- A assessoria presencial prévia à interposição, se for esse o caso, da denúncia, em resposta ao pedido recebido desde dependências policiais, judiciais ou desde os serviços sociais.

- A assistência jurídica na formulação da denúncia e no pedido de medidas protetoras e cautelares.
- A assistência jurídica na comparecência no julgamento.

XXVI. Com a finalidade de possibilitar, quando for caso disso, o reconhecimento do direito à assistência jurídica gratuita, segundo o previsto na normativa vigente, a/o advogado/a interveniente auxiliará a vítima na formulação do correspondente pedido.

Os serviços jurídicos de atenção e representação gratuita promoverão a criação de unidades ou corpos de profissionais especializados em matéria de violência de gênero.

#### **D) Serviços de medicina legal ou forense**

Este corpo profissional intervém habitualmente por requerimento do Procurador, perante a presença ou a suspeita de que existem lesões, e apresenta dois tipos de atuações:

##### **XXVII. Ações genéricas**

- a. Diagnóstico e atenção imediata à vítima.
- b. Avaliação dos efeitos para os menores do contexto violento.
- c. Avaliação do agressor e construção da prova forense global. Esta prova incluirá, não só os dados sobre as lesões ou o facto ilícito, como também outros aspetos sobre o risco de reiteração das condutas violentas ou do aumento do nível de violência.
- d. Avaliação do risco: que facilitará a adoção de medidas de proteção para deter futuras agressões, a resposta judicial e a assistência social e a vítima.

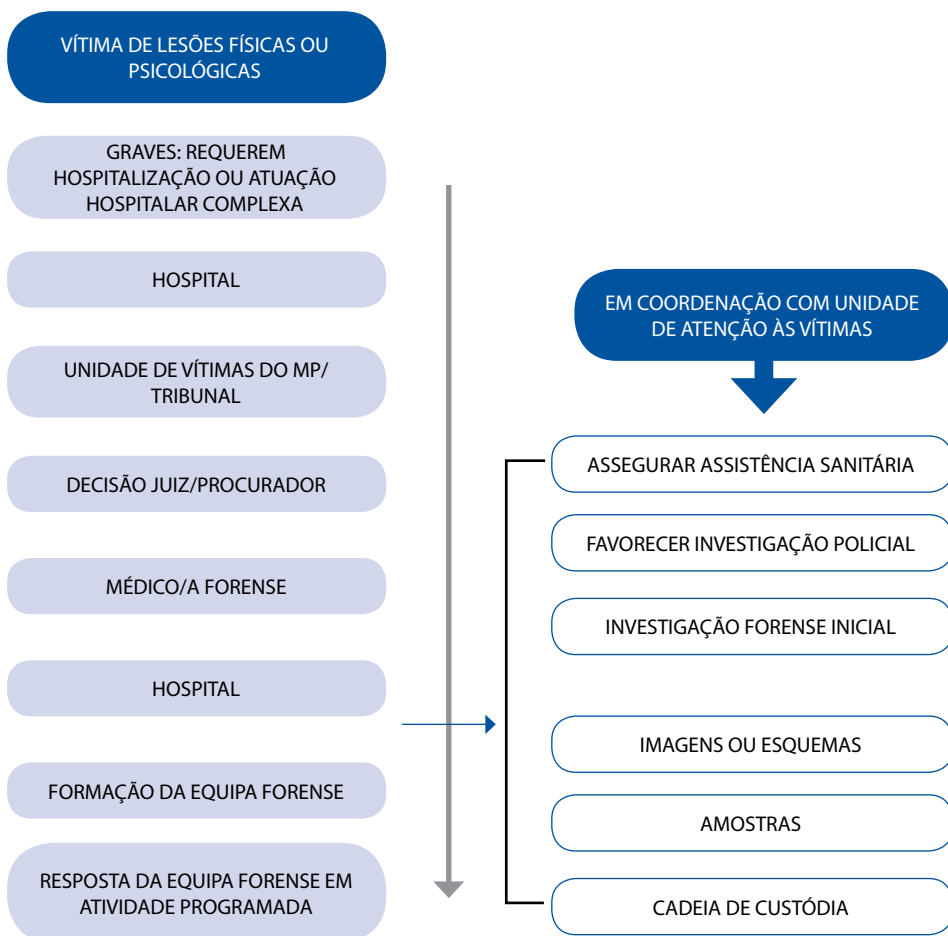
##### **XXVIII. Ações específicas**

- a. Análise da denúncia
- b. Solicitar os relatórios de lesões anteriores com os seus relatórios médicos, assim como os relatórios psicológicos, psiquiátricos ou sociais que possam ter sido realizados no julgamento ou noutra instância de receção da denúncia.
- c. Resumo da vida da vítima a partir do seu livre relato.

- d. Exploração da vítima e do agressor por separado, física e psiquicamente e produzir dos relatórios.
- e. Possibilidade de aplicar testes de avaliação (ansiedade, depressão, alcoolismo, personalidade) segundo os casos.
- f. Análise de urina para detecção de drogas se se julgar oportuno.
- g. Em relação aos efeitos psicológicos em caso de violência de gênero, avaliar a existência de problemas associados aos altos níveis de stress sofridos pela vítima:
  - i. *Somatizações*: muitas mulheres recorrem aos serviços de urgência por queixas físicas sem lesão aparente. Não existe um padrão somático, mas algumas delas acabam por apresentar infecções de tratamento urinário, dor cervical, vaginite, etc.
  - ii. *Quadros ansioso depressivos não específicos*: desespero, abandono ou isolamento social são as principais manifestações, às quais se podem somar problemas de sono e apetite, deterioro de ânimo e a atividade quotidiana, inclusive, passado um tempo, aparece um importante risco de suicídio. Metade das mulheres vítimas de maltrato pensou em algum momento em suicidar-se.
  - iii. *Abuso de substâncias*: normalmente consumo de álcool na casa que não se deteta e se converte num antidepressivo/revitalizante que oculta outros sintomas.
  - iv. *Quadros psíquicos severos*: se o maltrato se prolongar e não for detetado é provável que surjam transtornos por stress pós-traumático, ansiedade grave e um alto deterioro do rendimento pessoal e social.
- h. Investigar evidências de maus tratos. Se forem detetados problemas psicológico, remeter a especialista.
- i. Avaliar o risco tendo em conta os seguintes indícios:
  - i. *Agressor*: justifica o sucedido, mantém a culpabilidade da vítima, expressa intenção de voltar a agredir, consome álcool ou drogas, deteta-se doença mental, transtornos da personalidade, problemas psicossociais, dependência emocional.
  - ii. *Vítima*: justifica o sucedido, apresenta sentimento de culpabilidade, consome tóxicos, apresenta doença mental.

- iii. *Tipo de agressão*: condutas ou uso de instrumentos que produzem um dano desmesurado, existência de agressões anteriores, violência em momentos relevantes da vida familiar ou social, ameaças ou tratamento degradante, escalada de tensão ou violência.
- iv. *Fatores de risco na vida familiar*: instabilidade econômica, interesses econômicos contrapostos, depressão ou outras patologias não reconhecidas, infidelidades episódicas, caráter violento da vida familiar.

### Resposta forense no itinerário das vítimas graves de violência de gênero



Fonte: a partir de *Acordo de coordenação institucional e aplicação dos protocolos contra a violência de gênero e atenção a Mulheres de Castilla La Mancha*. Nov. 2009

#### 4.4. Intervenção e atuação dos serviços sociais

Para determinar o alcance da atenção social das mulheres vítimas de violência de gênero, é preciso elaborar um catálogo dos “seus direitos” como vítimas merecedoras de uma especial atenção e implementar os serviços definidos neste catálogo e/ou estabelecer em função dos recursos sociais existentes políticas que deem prioridade ao acesso a este coletivo.

Neste sentido é fundamental pôr à disposição de todas as instâncias públicas implicadas na rota de proteção uma relação dos recursos existentes (DIRETÓRIO) em matéria de proteção ou atenção social em cada área de atuação (município, distrito, região, província) que se atualize periodicamente e que inclua tanto recursos públicos como privados (associações de mulheres, ONGs...etc.).

Perante situações de emergência, em que os profissionais dos serviços sociais detetam que é necessário assistência imediata, utilizará os serviços de atenção de urgência que costuma ativar-se através de um telefone específico e de dispositivos próprios. Onde os recursos o permitam estes serviços criarão unidades especiais de atenção de emergência para mulheres vítimas de violência de gênero.

Definem-se as seguintes diretrizes de atuação:

- I. Se a vítima apresentar lesões que requeiram assistência médica, ou se suspeitar da sua existência, apesar de não serem visíveis, a vítima será acompanhada, se for necessário, ao serviço médico correspondente. Desta forma, ser-lhe-á indicado que solicite um relatório de lesões oficial, a fim de poder apresentá-lo no momento de realizar a denúncia.
- II. Se existir risco para a segurança ou integridade física da mulher, pedir-se-á intervenção policial. No caso de se tratar de uma agressão ou abuso sexual recente, a vítima será acompanhada até ao serviço de urgências do hospital mais próximo e será informada de que não deve lavar-se nem mudar de roupa, nem comer nem beber se se tiverem produzido agressões por via bucal, a fim de evitar que se eliminem possíveis provas essenciais para um futuro processo judicial.
- III. Se for remetida ao hospital, o Serviço Social de Base dará aviso telefónico prévio para que aquele avance na preparação do dispositivo de atenção e será o hospital a realizar as gestões oportunas para que compareça o médico ou médica forense com a finalidade de se poder praticar o reconhecimento médico e a recolha de amostras. Em qualquer caso, será proporcionado ao/à forense todos os dados disponíveis sobre o facto.

- IV. No caso de que não se requeira assistência médica, será proporcionada à vítima uma atenção adequada e prioritária, considerando o especial estado emocional em que se encontre a vítima. Se existir risco para a segurança ou integridade física da mulher, pedir-se-á atenção policial, solicitando a sua presença no Serviço Social de Base, ou lugar considerado adequado, para a proteção à vítima.
- V. A primeira entrevista terá como objetivo prestar apoio à mulher e informá-la sobre a disponibilidade na atenção à sua situação, recursos existentes e vias alternativas de solução do problema, considerando o direito à assistência social integral que lhe assiste, tanto a ela, como aos menores de idade que se encontrem sob o seu poder parental ou guarda e custódia. Ser-lhe-á comunicado que se porão à sua disposição todos os meios disponíveis para preservar a sua segurança e, se for esse o caso, a dos seus filhos e filhas.
- VI. Sem prejuízo da assessoria mais qualificada que for oferecida à vítima nos serviços de assessoria jurídica existentes, o profissional dos serviços sociais informá-la-á e assessorará, de forma básica, sobre os seus direitos e os possíveis trâmites e procedimentos judiciais a empreender, especialmente, sobre o seu direito a denunciar os factos perante a polícia, o Tribunal, a receber assessoria jurídica gratuita face à possível formulação de denúncia, a solicitar o afastamento do agressor, ou a solicitar medidas provisionais para a separação civil.
- VII. Será também comunicado à vítima a possibilidade e conveniência de solicitar ao Tribunal, se o julgar procedente, adote medidas para a sua proteção de tipo penal —prisão provisional, afastamento do agressor...—, de tipo civil —proibição do uso do domicílio ao agressor, limitação dos seus direitos sobre os filhos e filhas, determinação de uma pensão de alimentos...— para que solicite, no caso de ser necessário, dos serviços sociais as ajudas que lhe possam corresponder.
- VIII. Se a vítima não quiser denunciar os factos nem solicitar medidas de proteção, para motivá-la a fazê-lo, ser-lhe-á explicado que denunciar não é apenas um direito, mas também uma forma de acabar com a relação violenta que está a sofrer e a maneira de aceder aos mecanismos de proteção da Administração de Justiça —afastamento da pessoa agressora, proteção policial, suspensão dos direitos do pai a respeito do filho ou filha, uso do domicílio, pensão de alimentos, etc.
- IX. Desta forma, será explicado à vítima que a consideração da violência de gênero como delito de ação pública obriga os profissionais a dar os factos a conhecer ao tribunal/procurador.

- X. Nos casos em que a vítima decidir não apresentar denúncia ou aqueles outros em que se julgar pertinente, os Serviços Sociais poderão solicitar ao Tribunal as medidas urgentes que considere necessárias. A canalização destes pedidos far-se-á através da Procuradoria à qual se dirigirão os mencionados serviços a fim de torná-los efetivos.
- XI. Desta forma, a mulher será informada acerca dos recursos (jurídicos, psicológicos, económicos, socioeducativos, de alojamento, de emprego, de domicílio, etc.), existentes no seu município ou comunidade para situações de maus tratos e violência sexual e, se for esse o caso, será providenciado ou facilitará o acesso aos mesmos realizando, quando for necessário, a transferência para o serviço especializado ou de outro tipo correspondente.
- XII. Recordar-se-á a mulher da importância de fazer uso dos recursos existentes para a superação da situação, em concreto, dos programas de atenção psicológica especializados.
- XIII. Favorecer-se-ão sempre mecanismos de reforço da sua autonomia e autoestima e medidas para evitar o isolamento a que as vítimas costumam ser submetidas pelos seus agressores. No caso de existirem na zona associações que trabalhem com mulheres vítimas da violência, e tendo em conta a importância do trabalho de apoio que estas podem levar a cabo, se assim o desejar, será facilitada à vítima o contacto com elas.
- XIV. A/o profissional dos serviços sociais realizará um seguimento do caso durante todo o processo, em coordenação com os diferentes serviços e programas de atenção às vítimas, a fim de apoiar a mulher e as suas filhas e filhos no restabelecimento de uma vida normalizada.

#### **4.5. Intervenção e atuação no âmbito educativo**

A escola é uma peça fundamental no âmbito da prevenção da violência de género, porque nela é onde os padrões de socialização sexista, origem e causa da violência de género, podem encontrar o seu contrapeso. Neste capítulo centrar-nos-emos na deteção do maltrato no âmbito educativo, em como se terá de atuar em caso de suspeita ou constatação de que existem vítimas de violência de género entre os alunos. No caso de que se conheça, ou exista suspeita fundada, de que alguma aluna é objeto de maltrato –no contexto de uma relação presente ou passada– ou de violência sexual por parte de algum aluno ou aluna de um centro educativo a Direção do centro, ou as pessoas designadas por esta para o seguimento do caso, seguirão os seguintes passos:

- I. Recolha de informação. Reunir-se-ão os dados identificativos do centro e aluno afetado e sobre o tipo e gravidade da agressão

- II. Análise prévia do caso e intervenções de urgência. A equipa diretiva convocará a ou o orientador, consultor e/ou aquelas pessoa/s do centro que considere mais adequadas ou competentes para analisar e avaliar a intervenção necessária em cada caso e adotar-se-ão as medidas que garantam a imediata segurança da aluna agredida, incluídas as medidas corretoras dirigidas à pessoa agressora que se julguem oportunas.
- III. Primeira comunicação às famílias. Será convocada, em entrevista individual, por um lado, a aluna vítima e a sua família e, por outro lado, o aluno agressor e a sua família, com a finalidade de: dar a conhecer e reunir informação sobre os factos; determinar se estes são conhecidos pelas famílias e que medidas foram tomadas a esse respeito; informar sobre as medidas de urgência adotadas ou que se vão adotar, obtendo a sua opinião e/ou os contributos que possam realizar; e comunicar a possibilidade de interpor uma denúncia ou de que esta possa ser interposta, se existirem indícios de que os factos têm carácter ilícito. Esta comunicação terá lugar apenas naqueles casos onde o presumível abusador ou agressor é um terceiro à pessoa menor de idade, porque se a situação se apresentar dentro do grupo familiar próximo, quer porque a pessoa a quem se vai comunicar o incidente é quem a tiver cometido ou porque é quem tem a obrigação de proteção poderia conhecer a situação e assumir uma posição passiva ou de não dar crédito à criança ou adolescente.
- IV. Completar, contrastar e analisar a informação. Completar-se-á a informação disponível mediante questionários, entrevistas ou outros procedimentos que se considerem oportunos, os quais serão realizados com a maior discrição possível.
- V. Determinar se é ou não um caso de maltrato entre iguais, para efeitos educativos, de acordo com a informação obtida.
- VI. Dar os factos a conhecer à Inspeção Educativa. Quando se determinar um caso como maltrato entre iguais, dar-se-á a conhecer à Inspeção Educativa, mediante relatório escrito, os factos denunciados e as medidas adotadas. Igualmente, se se produzir denúncia proceder-se-á também ao envio do relatório escrito à Inspeção Educativa. Inclusive naqueles casos em que se determine que não se trata de maltrato entre iguais, é aconselhável informar igualmente a Inspeção Educativa, indicando-se a qualificação que se outorga aos factos e as medidas que, se for necessário, forem tomadas.
- VII. Plano de Atuação. O centro elaborará um plano de Atuação para o qual, se for considerado necessário, pode solicitar a Inspeção Educativa. No plano deve constar por escrito as medidas a aplicar pelo centro relativamente às pessoas presumivelmente vítima e agressora, às famílias, ao resto dos alunos e à equipa



docente, incluída, segundo a gravidade do caso, a comunicação do mesmo a outras instâncias sociais, sanitárias ou judiciais.

- VIII. Dar a conhecer às famílias implicadas as medidas propostas no plano de Atuação. Devem informar-se as famílias implicadas das medidas de caráter individual adotadas com os alunos afetados, assim como do resto de medidas de caráter organizativo e preventivo PARA OS CASOS ONDE O SUSPEITO É UM TERCEIRO E A FAMÍLIA TIVER ASSUMIDO UMA ATITUDE DE APOIO À VÍTIMA
- IX. Seguimento e Avaliação das medidas adotadas. A Direção do centro responsabilizar-se-á por que se levem a cabo as medidas previstas no plano de Atuação, informando periodicamente o inspetor ou inspetora de referência do centro do grau de cumprimento das mesmas e da situação socioeducativa dos alunos implicados.
- a. No caso de se conhecer, ou existir suspeita fundada, de que alguma aluna é objeto de maltrato ou de violência sexual por parte de algum membro do pessoal pertencente dar-se-á a conhecer à equipa diretiva do centro, que de forma imediata o comunicará à Inspeção Educativa. Tudo isto, sem prejuízo das medidas disciplinares e judiciais que forem oportunas.
  - b. No caso de algum membro da comunidade educativa conhecer, ou ter suspeita fundada, de que alguma aluna é objeto de maltrato ou de violência sexual por parte de algum familiar ou pessoa alheia ao pessoal pertencente a um centro educativo dá-lo-á imediatamente a conhecer à Direção do centro, que após a correspondente análise da situação e se considerar que existem indícios de delito, dá-lo-á a conhecer aos Serviços Sociais, da Procuradoria e da Inspeção Educativa.
  - c. No caso de algum membro da comunidade educativa conhecer, ou ter suspeita fundada, de que a mãe de alguma aluna ou aluno é objeto de maltrato no âmbito doméstico ou de violência sexual, dá-lo-á imediatamente a conhecer à Direção do centro, que após a correspondente análise da situação e se considerar que existem indícios de delito, dá-lo-á a conhecer aos Serviços Sociais, da procuradoria e da Inspeção Educativa.



Consórcio Liderado por



Sócios Coordenadores



Participam mais de 80 Sócios Operacionais e Entidades Colaboradoras da Europa e América Latina

**EUROsocial** é um programa de cooperação regional da União Europeia com a América Latina para a promoção da coesão social, por meio do apoio a políticas públicas nacionais e do fortalecimento das instituições que as executam. O EUROsocial pretende promover um diálogo euro-latino-americano de políticas públicas voltado à coesão social. O seu objetivo é contribuir com processos de reforma e implementação em dez áreas-chaves de políticas, em determinadas temáticas, selecionadas pelo seu potencial de impacto sobre a coesão social. O instrumento em que se apoia é a cooperação institucional ou a aprendizagem entre pares: intercâmbio de experiências e assessoria técnica entre instituições públicas da Europa e da América Latina.



[www.eurosocial-ii.eu](http://www.eurosocial-ii.eu)